

# **13ª Mostra da Produção Universitária**

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

## **DEMANDA POR EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE - RS**

**ALMEIDA, Tainã Gomes; AYRES, Bruna Soares; BRAYER, Jocieli Bezerra;  
NEVES, Gabrielle Lopes das(gabilopesdasnevesdasneves@gmail.com);  
MADEIRA, Chelsea Coutinho; GUTIERRES, Juliana Diniz; LOCKMANN, Kamila;  
VIEIRA, Suzane da Rocha;  
MOTA, Maria Renata Alonso**

**Evento: Congresso de Iniciação Científica  
Área do conhecimento: Educação**

**Palavras-chave:** Educação Infantil; creches e pré-escolas; Demanda

### **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho apresenta dados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância - NEPE e objetiva identificar a demanda por Educação Infantil no município do Rio Grande – RS, através de questionários respondidos por informantes responsáveis por crianças de zero a seis anos incompletos, nos bairros dessa cidade. O estudo proporcionará informações que possibilitarão a reflexão sobre as políticas públicas para a Educação Infantil no município em questão.

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

No contexto brasileiro atual, a Educação Infantil vem ganhando uma crescente importância e visibilidade que pode ser atribuída às modificações nos modos de vida da sociedade contemporânea. Isso é percebido não só pelo fato das mulheres terem assumido um papel diferenciado na sociedade e os arranjos familiares terem passado por transformações, mas também, nas formas de viver a infância pelas crianças. A demanda latente “não se expressa espontaneamente, por alguma razão, ou pela distância entre domicílio e equipamento, ou pela qualidade ou tipo de serviço oferecido” (ROSOMBERG, 2001, p.25). A demanda latente é menos óbvia e aparente necessitando, portanto, de enquetes específicas a fim de averiguar as expectativas e necessidades dos familiares.

No âmbito da legislação, podemos destacar a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi aprovada em 1996. Nessa LDB, a Educação Infantil passa a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica, o que significa que o atendimento de zero a cinco anos e nove meses passa a ser responsabilidade das Secretarias de Educação.

Podemos destacar, também, o Plano Nacional de Educação – PNE, em discussão nos últimos anos e recentemente aprovado. O novo PNE, que estará em vigor até o ano de 2020, entre outros aspectos aponta para a obrigatoriedade de frequência à Educação Infantil para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A primeira etapa do estudo envolve um levantamento acerca da demanda por Educação Infantil no município do Rio Grande – RS. Para tal, cabe esclarecermos o conceito de demanda latente, que está sendo utilizado no estudo. Entendemos demanda como a necessidade ou direito reconhecido dos pais e mães, sejam

## 13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

elas/eles trabalhadoras/es ou não, e das crianças de zero a seis anos incompletos, assegurados na Constituição de 1988 e na LDB/1996 (ROSEMBERG, 2001).

Para o desenvolvimento desta etapa do estudo os dados estão sendo coletados a partir de um questionário, contendo questões fechadas e abertas, que é respondido nos próprios domicílios por um informante responsável por crianças na faixa etária de zero a seis anos incompletos, com o objetivo de buscar conhecer o perfil sócio-econômico e educativo das crianças e suas famílias e os motivos de frequência ou ausência, em creches e pré-escolas. A coleta está sendo realizada em bairros da zona urbana do município em questão.

### 4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

No momento, o estudo encontra-se na fase de coleta de dados, sendo que estes já estão sendo tabulados. Nossa inserção na coleta de dados em diferentes bairros do município do Rio Grande tem provocado algumas questões: onde estão as crianças que não freqüentam instituições de Educação Infantil? Por que estas crianças não freqüentam creches e pré-escolas? Há demanda latente por Educação Infantil em Rio Grande? Qual a percepção dos familiares das crianças de zero a seis anos sobre a necessidade de atendimento público?

A partir da tabulação dos dados que foram coletados até o momento, podemos afirmar que há um grande número de crianças que não frequenta creche ou pré-escola, principalmente na faixa etária de zero a três anos. Dentre as principais razões apresentadas, podemos destacar: a ausência de escola pública próxima à residência que atenda à faixa etária da criança; falta de vagas na escola pública próxima à residência; a maioria das escolas atende crianças a partir dos três anos de idade; a escola mais próxima fica distante da residência da criança.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, se pode concluir que há uma necessidade relevante de instituições públicas de Educação Infantil. Podemos perceber, até o momento, que a necessidade surge em decorrência, não somente das crianças, que devem estar em ambientes onde possam ser cuidadas e educadas, mas também dos pais, que deixam de trabalhar e estudar porque não há atendimento público próximo às suas residências. Embora ainda preliminares, os resultados apontam que há por parte de muitas famílias o interesse por uma vaga em uma instituição de Educação Infantil, porém não há em muitos bairros que já foram analisados, escolas públicas que atendam crianças menores de três anos.

### REFERÊNCIAS

ROSEMBERG, Fúlvia. *Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil*. Campinas/SP, Revista Anped, nº 16, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.172/01, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Sub-Chefia para Assuntos Jurídicos, 2001.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Sub-Chefia para Assuntos Jurídicos, 1996.